

Associativismo, profissões e políticas públicas - III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

Sessão Temática: Associativismo, identidade e políticas de emprego e renda

ENGENHARIA E AMBIENTE RURAL: O GÊNERO NA AGRONOMIA¹

Rogério dos Santos Bueno Marques²

Resumo:

As hierarquizações que se estabelecem em grupos profissionais são uma importante ferramenta de análise para identificarmos as relações entre gênero e trabalho. Neste estudo é realizada uma discussão em torno da constituição de hierarquias e de heterogeneidades em grupos profissionais e, em especial, nas desigualdades de gênero entre engenheiros agrônomos.

Palavras-chave: Gênero, Profissão, Agronomia

¹ Esta é uma versão preliminar.

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.
rsbm@ifg.edu.br

AS ENGENHARIAS NO MUNDO DO TRABALHO

As iniciativas de estudo sobre a profissão de engenheiro no âmbito das ciências sociais têm enfatizado, na sua maioria, um tratamento generalizante sobre esta ocupação sem se atentar às diversas divisões, ou melhor, sem se preocupar com as inúmeras ocupações que se escondem atrás do título de engenheiro. Nos diversos trabalhos consultados nota-se uma tentativa de interpretação da profissão de engenheiro a partir de alguns problemas de pesquisa que se tornaram clássicos, tais como a influência das empresas sobre a constituição da identidade destes trabalhadores, tomando como pressuposto a idéia de que substantiva parte dos engenheiros se converteu em funcionários de gerência. Como é afirmado em uma das boas revisões de literatura sobre a área, “os engenheiros perderam sua visibilidade individual, tornando-se funcionários de empresas enterrados dentro das organizações, algures entre o trabalho e a gestão, com identidades progressivamente estruturadas por relações intra-organizacionais” (DOWNEY et. al., 1989, p.190).

De acordo com Rodrigues (1999), se configura assim uma mudança da imagem do engenheiro quase como artesão, uma autêntico inventor, para uma simples engrenagem das estruturas organizacionais, se inserindo na atualidade mais como um reproduzidor destas estruturas e se afastando por completo de uma imagem criadora e um tanto heróica nas ocupações que lidam com um trabalho manual. Este componente das representações sobre uma ocupação é de grande importância na medida em que se relaciona diretamente com o “sucesso” de ocupação na sua tentativa de se impor no mercado de trabalho de maneira fechada, criando mecanismos de credenciamento, de regulação e de garantia de um controle sobre as atividades dos profissionais.

A visão da profissão como um todo homogêneo, tributária das iniciativas funcionalistas de estudo das profissões, implicou na caracterização das profissões como comunidades e o compartilhamento de valores comuns a todos os membros de um mesmo grupo profissional. Por outro lado, diversos estudos que enfatizaram a questão do poder sob as mais diversas orientações teóricas, não o discutiram em termos de sua construção, ou seja, do poder profissional como um processo social, uma construção histórica. Desta maneira, Rodrigues defende a orientação de estudos sobre a profissão de engenheiro a partir de duas premissas: 1) a necessidade de estudos históricos e comparativos com o objetivo de dar conta dos processos construtivos das profissões e de elucidar os diversos projetos de organização profissional que se produzem ao longo do tempo. Um estudo que enfatize a dimensão histórica tem a vantagem de demonstrar como as interações entre indivíduos e grupos têm implicações no *status* e seu sucesso na definição de um mercado de trabalho para a profissão. A autora defende que este tipo de abordagem revela as diferenças nacionais nos projetos de profissionalismo e de organização do trabalho para as profissões em questão. 2) uma espécie de estratégia verificacionista em relação ao que a autora chama de teses de tendência, ou seja, as visões que estudiosos têm sobre as profissões como uma tendência à profissionalização, ou ao declínio do poder profissional, à desprofissionalização ou proletarização, tal como foi esboçado anteriormente. Esta defesa em direção a uma estratégia de caráter dedutivo tem a vantagem, nesta perspectiva, de que não se pode afirmar que um grupo profissional se insere em qualquer uma das tendências em questão, e que, dada a heterogeneidade dos grupos profissionais e seu difícil enquadramento em categorias analíticas mais genéricas, tais como burguesia, classe média ou proletariado, é de se notar que processos de perda do poder profissional sejam percebidos ao lado de ganhos de status por parte do mesmo grupo em questão.

A visão de um grupo profissional como algo homogêneo é, então, algo que se superou ao longo do tempo nos estudos sobre as ocupações e profissões. Todavia a visão específica da engenharia como um grande grupo ocupacional também tem trazido uma espécie de generalização sobre as inúmeras situações de trabalho que as diversas engenharias lidam.

Deste modo, uma diferenciação que Rodrigues defende no estudo sobre os engenheiros, que deveria se pautar nos diferentes espaços e situações de trabalho, deve ser bastante ressaltada nesta análise sobre o engenheiro agrônomo. Tratar numa mesma situação engenheiros mecânicos, agrícolas, de computação, civis, agrônomos, de pesca, militares, e diversas outras ocupações que são antecidas pelo substantivo engenheiro, certamente incorre em homogeneizações de processos que muitas vezes são mais complexos e diferenciados do que se imagina. Assim, mesmo com sua defesa de uma visão mais apurada e atenta às diversidades do grupo profissional, o trabalho de Rodrigues e de diversos autores cai nesta vala da homogeneização do grupo profissional, mesmo que o objetivo seja o oposto. A partir do pressuposto de Freidson (1998), que incorpora boa parte da tradição de pesquisa em sociologia das profissões e a ancora numa visão de poder profissional que vai também às interações entre indivíduos no trabalho e na formação de grupos e suas interações com outras instituições, temos a possibilidade de estudarmos a constituição de uma profissão no Brasil. A realidade nacional fica evidente nos estudos relatados acima como uma variável a ser tomada como fundamental; assim, evita-se de circunscrever em demasia o objeto de estudo, perdendo, assim, seu poder representativo. O estudo das ocupações e profissões deve levar em conta as dimensões já amplamente discutidas no contexto maior da sociologia do trabalho e que tem relações diretas com a organização de uma profissão. Com efeito, temas como divisão do trabalho, gênero, associativismo, relações com o Estado, além das mudanças nos padrões de organização do trabalho no mundo contemporâneo não podem ser relegados a um segundo plano.

No caso da profissão de engenheiro agrônomo, a realidade de um país com uma estrutura fundiária bastante desigual em diversos aspectos, aliada a desigualdades regionais em termos de organização da produção agrícola, não pode ser omitida como um fator explicativo. Num instrumento básico de consulta sobre dados profissionais, a Classificação Brasileira das Ocupações, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, temos uma distinção básica das condições de trabalho do engenheiro agrônomo:

Trabalham em atividades da agricultura, pecuária e silvicultura, exploração florestal, pesca e aquíicultura, em empresas públicas e privadas e em cooperativas de produtores. Atuam como empregados, prestadores de serviços ou servidores públicos. Há possibilidade de colocação também em órgãos públicos fiscalizadores da qualidade ou classificadores de produtos e em empresas públicas de extensão rural. Trabalham em equipe, com supervisão ocasional, a céu aberto, ficando, muitas vezes, expostos a condições climáticas adversas. Podem permanecer em condições desconfortáveis por longos períodos, sujeitos a exposição de materiais tóxicos e ruídos intensos (CBO/MTE, 2002)

Desta maneira, um estudo focado numa especialidade como é a de engenheiro agrônomo tem a possibilidade de demonstrar diversidades e um aprofundamento da visão processual de constituição de uma realidade específica no mundo do trabalho que é a profissão.

TECNOLOGIA E COMPETÊNCIAS

Nos dias de hoje, a formação profissional ganha novos elementos. Crise de emprego, informalidade, modificações na jornada de trabalho, teletrabalho, denotam situações com que os profissionais de agronomia não conviviam outrora. O perfil de nossos entrevistados inclui indivíduos que têm larga experiência na profissão e que trabalharam até há pouco tempo, ou que ainda trabalham. Assim, as mudanças no mercado de trabalho, no ensino, nas tecnologias, nos investimentos governamentais e privados na produção agrícola foram todos vivenciados por estes profissionais.

No que se refere à formação profissional na atualidade, a idéia que prevalece na caracterização de um perfil de trabalhador que se adapte a esta nova realidade do trabalho

é a da pedagogia das competências. Em suma, há um deslocamento conceitual da qualificação em direção à competência que valoriza a dimensão experimental do processo de qualificação. Há, portanto, um destaque aos saberes tácitos e ligados à experiência, em detrimento dos saberes de caráter formal. Assim, a formação deixa de ser eminentemente pautada em conceitos técnicos rompendo um padrão de contratação que institui regras mais ligadas ao indivíduo do que à coletividade. A concorrência por postos de trabalho individualiza a formação e cria novos parâmetros de classificação do trabalhador, sendo o conceito de empregabilidade o que melhor represente este novo momento de individualização da formação, qualificação e busca por trabalho. Assim, afirma Ramos (2002) que

Esse fenômeno tem um significado não só técnico, mas também político. As reformas associaram-se ainda aos processos de globalização da economia e à crise do emprego, colocando-se a necessidade da criação de novos códigos que aproximem a educação das tendências produtivas. Espera-se, por um lado, proporcionar aos jovens passagens menos traumáticas para o mundo do trabalho e, juntamente com os adultos, construir alternativas que supostamente minimizariam o risco da exclusão social. Nisso está a razão de a competência vir associada às noções de empregabilidade e de laboralidade (2002, p. 402).

O conceito de competência, assim como o de empregabilidade tem, na verdade, uma definição pouco delineada. Os documentos oficiais retratam este momento de reestruturação da educação, adaptando-a à nova realidade produtiva e têm por incumbência definir à sua maneira o que cada conceito deve refletir. Shiroma e Campos (1997) destacam que a empregabilidade é entendida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego como uma “capacidade não só de se obter um emprego, mas, sobretudo, de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação (Brasil-MTb 1995, p. 9)”. Mesmo que diplomas e certificados sejam importantes na conquista de um posto de trabalho, a permanência depende muito mais das competências adquiridas pelo trabalhador, assim, a individualização, como já afirmamos, coloca-se cada vez mais na ordem do dia quando o assunto é o acesso ao mundo do trabalho.

Perguntado sobre quais as diferenças entre as competências do agrônomo de antes e o de hoje, o entrevistado nº 4 nos dá uma pista importante do que se quer dizer com esta mudança do perfil do engenheiro agrônomo ao longo do tempo:

Quando nós começamos a trabalhar com extensão rural aqui em Goiás, por exemplo, a gente chegava no produtor pra fazer seleção da semente na água. Foi um grande avanço você conseguir convencer o produtor a colocar a semente na água e dizer “o que boiar você joga fora, o que não boiar você planta”. Pra recomendar qualquer coisa você não tinha pesquisa [...] Eu acho que a expertise no bom serviço. A facilidade de ver as coisas. Sempre foi assim. Eu acho que o tino comercial, de percepção tem que ser muito maior hoje do que antes. Pra começar você tem que adaptar o que você internamente gosta com o que externamente precisa. E essa adaptação nem sempre é muito fácil. Às vezes você gosta de uma coisa, mas lá fora ninguém quer aquilo, então você tem que buscar dentro de você aquilo que você tem de maior facilidade pra escolher lá fora. O leque lá fora é muito grande também. Então vai depender muito da vivacidade e da capacidade de prever as coisas. Prever o que o mercado precisa e dizer, “olha, eu vou entrar por aqui” (Entrevistado nº4).

Em relação ao conceito de competência, os documentos oficiais também tentam fazer uma delimitação. Ramos (2002) afirma, pautada em uma resolução do Conselho Nacional de Educação, que “o agir competente, portanto, realiza-se pela ‘capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho’ (Brasil. CNE/ CEB, Resolução nº. 4/ 99, art. 6º)” (2002, 407).

Já no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, os impactos sobre o trabalho do agrônomo foram drásticos. Se antes, como o caso do entrevistado nº4, o agrônomo tinha que realizar funções “profanas” do tipo regular arado, aparafusar e lubrificar os poucos instrumentos mecânicos que se disponibilizavam aos produtores rurais, os investimentos públicos e privados, aliados ao desenvolvimento de novas tecnologias fizeram do engenheiro agrônomo um profissional mais intelectualizado:

Hoje as máquinas são todas computadorizadas. O profissional fica até sem condição de interferir nisso, porque a máquina já vem pronta, né? O operador dela já sabe muito mais do que o profissional. O profissional hoje tem que se esmerar em outros assuntos, e não nos de antigamente, de regular máquina, por exemplo. A parte de mercado, de desenvolvimento de tecnologia hoje ocupa muito mais o pensamento do profissional do que antigamente. Nesse aspecto melhorou muito, mas também exige mais do profissional (Entrevistado nº4)

Do ponto de vista da agronomia em Goiás evoluiu muito. Era pra estar mais evoluído, eu acho. Do ponto de vista do agricultor, em si, devia estar mais. Porque a ACAR trabalhava com o engenheiro agrônomo, o veterinário e o técnico agrícola e alguns escritórios. Mas em todos os escritórios tinha uma assistente social. E em todos os escritórios tinha os clubes 4S, de jovens filhos de agricultores. Ou seja, de 1959 pra cá, era pra ter uma evolução na área rural muito maior, porque só nos clubes 4S já era pra ter uma evolução muito grande, porque a gente trabalhava com eles procurando elevar. No entanto eu não sei o porquê de com o tempo não surtisse o resultado que a gente esperava. Embora a agricultura esteja hoje muitas vezes mais desenvolvidas. Eu fiz uma espécie de previsão do futuro da profissão em Goiás.

O fundamental era a pesquisa. Nós sentíamos que os agrônomos daqueles estados que você citou, Minas, São Paulo, eram agrônomos que tinham por trás um cabedal de pesquisas, que dava uma sustentação legal. Abria mercados para os profissionais de lá. Tanto que quando eu estive na ACAR de Minas em 1959, eu verifiquei isso. O que tinha por trás do agrônomo era fabuloso. Uma estrutura bem montada, bem dirigida. Uma estrutura organizada. E aqui nós estávamos improvisados. Por isso que eu faço menção a esse engenheiro agrônomo, esse que criou o primeiro campo de milho híbrido aqui em Goiás, em Inhumas, que foi o Sr. Lourival Pacheco, porque são poucos em que nós podíamos nos apoiar. E em outros lugares havia estrutura. Então quando Mauro Borges começou a lançar essas sementes aqui em Goiás, foram perspectivas que foram sendo criadas. Então hoje Goiás já da resposta a muita coisa, e o agrônomo já se sente mais confortável. Já tem Embrapa, tem Emgopa, mas ainda tem estudos hoje avançados. A gente precisava criar estrutura aqui em Goiás. (Entrevistado nº5)

Revelando uma expressão que denota o tipo de saber do agrônomo e as condições para sua aplicação, o entrevistado nº6 afirma:

O indivíduo aprende, e quando ele aprende ele quer aplicar. Então muitas vezes o agrônomo aprendia e no começo a gente não aplicava. Quando chegou mais ou menos 1975, com esses programas mais avançados do tipo Polocentro, aí veio muito financiamento e o produtor pode financiar tecnologia, máquina, adubo, agrotóxico. Ele pode começar a pensar em rotação de cultura, em comprar um touro melhor, a plantar um milho melhor, enfim, a tecnologia trouxe muitos avanços na tecnologia. O produtor pode evoluir com a gente. (Entrevistado nº6)

O desenvolvimento e a disseminação de novas tecnologias também é um fenômeno interessante de ser estudado. À medida que cresciam os investimentos e que novas demandas surgiam, as tecnologias passavam a ser incorporadas no trabalho do agrônomo. No relato que se segue, o entrevistado nº3 nos narra o início do trabalho de sensoriamento remoto em Goiás, e de como o uso dessa ferramenta demorou a ser compreendido pelos profissionais de agronomia.

Então eu descobri que o currículo mínimo de agronomia tinha aerofotogrametria, fotointepretação mas que ninguém dava, porque ninguém sabia o que era aquilo. Aí eu pensei, “ah, eu vou dar uma variada nisso”, então eu resolvi fazer um mestrado nessa área, lá em Santa Maria. Fiz o mestrado nessa área, voltei e criei essa disciplina lá, pra área de geografia, engenharia civil e agronomia. E

fiquei lá até aposentar. Por isso que você tá me vendo aqui com esses mapas pendurados na parede (risos) [...] Só que agora mudou, porque naquela época a gente trabalhava só que imagem de avião, e hoje é só imagem de satélite. E então a gente aplica isso na agronomia, em florestas, campos de produção, campos de safra, tudo que você imaginar na área de agronomia você pode aplicar [...] Quando eu voltei do mestrado ainda não existia a disciplina. Eu tive que dar três anos de cursos livres dessas áreas. E como eu tinha o trunfo na mão, já que a disciplina era obrigatória, eu fiz com que a universidade colocasse a disciplina como obrigatória depois desses três anos. Aí eu comecei a dar aulas e começou a haver divulgação. Eu lembro bem que o Ministério e a Secretaria da Agricultura, o Idago, o Banco do Brasil, o IBGE, começaram a me solicitar pra dar curso para os profissionais, porque era um campo que tinha aplicação pra todos eles. E logo em seguida vieram as imagens de satélite – o que facilitou muito. Para o IBGE foi muito importante, porque tinha então uma imagem de satélite que cobria uma área de 220 km x 220 km e era só calcular as áreas depois. Porque antes o IBGE chutava demais, e até hoje chuta muito (risos), porque como eles vão saber a área de cada plantação? E no entanto as estatísticas saíam. Só que os profissionais da agronomia têm uma mentalidade muito agrícola, e não enxergam que o sensoriamento remoto é uma ferramenta muito útil. (Entrevistado nº3)

As inúmeras variáveis que impactam o trabalho do engenheiro agrônomo, influenciam, logicamente, a idéia de um profissionalismo na agronomia. A maior intelectualização dos profissionais oriunda de um maior distanciamento do trabalho manual, simbolicamente menos valorizado, permite uma maior aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a formação acadêmica – algo que os profissionais de outrora não podiam exercer. Nesse ponto, o distanciamento do agrônomo em relação a ocupações menos valorizadas como a de técnico agrícola se consolida, mas ao mesmo tempo, a vivência que muitos sujeitos das demais ocupações similares e menos valorizadas possuem, fazem deles concorrentes de uma parcela do mercado de trabalho em que não se exige credenciais ou autorizações legais que somente o agrônomo tem. Desse modo, o mercado de trabalho se segmenta e as variáveis tecnologia e ensino se mesclam com demandas do mercado de trabalho num sentido maior, como competências, especialização, empregabilidade e informalidade. A divisão do trabalho é tênue e além disso é simbolicamente orientada, tal como Freidson afirma, “não é a diferenciação lógica ou funcional de tarefa que constitui a realidade histórica da especialização, mas a diferenciação social do trabalho produtivo que é *interpretada* como diferenciação de tarefa” (1998, p.88). A diferenciação entre funções sagradas e profanas, o porte de diplomas, a utilização de tecnologias, a ampliação da formação acompanhada de uma exigência para a especialização, a crise de empregos, são todos fenômenos que tornam a questão da formação de um mercado de trabalho algo complexo. Uma das estratégias utilizadas pelas associações profissionais é a defesa do mercado de trabalho, uma luta jurisdicional tal como é amplamente discutida na literatura sobre sociologia das profissões. Sobre esse ponto, nos deteremos a seguir ao tratar dos relatos de nossos entrevistados acerca do associativismo profissional e da proteção do mercado de trabalho.

ASSOCIATIVISMO PROFISSIONAL E PROTEÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A tradição de estudos sobre as profissões tem sido criticada, por vezes, de se limitar a uma espécie de institucionalismo³ Profissionalismo, por exemplo, é um termo que tenta dar conta de

3

O institucionalismo de escolha racional parte do princípio de que o contexto institucional é uma

uma realidade maior do que a simples busca por uma proteção legal do mercado de trabalho; afinal de contas, a partir da idéia de profissionalismo se toma em consideração tanto os fatores de ordem materiais quando simbólicos e toda a correlação existente entre as diversas variáveis expressas nesses dois pólos e a constituição de uma profissão. Nos temos de Johnson, profissionalismo é “um modo de organizar uma ocupação. Ele representa muito mais que um simples status, pois produz identidades ocupacionais distintas e abrigos exclusivos no mercado que mantém cada ocupação separada das outras e, frequentemente, em oposição a elas” (Apud, Freidson, 1998, p.51). Assim, a contínua luta por um mercado de trabalho mais favorável ao agrônomo se mescla aos processos de divisão do trabalho e de identidades ocupacionais que se desenvolvem nos cotidianos de trabalho.

Na base, então, do mundo do trabalho cotidiano do qual abstraímos concepções sobre a divisão do trabalho, parece correto ver na divisão do trabalho um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas...[no entanto] deve-se considerar que a interação que ocorre na divisão do trabalho opera dentro de certos limites amplos e permissivos como aqueles tratados por ecologistas, teóricos organizacionais e outros [...] Na base, então, do mundo do trabalho cotidiano do qual abstraímos concepções sobre a divisão do trabalho, parece correto ver na divisão do trabalho um processo de interação social durante o qual os participantes são levados continuamente a tentar definir, estabelecer, manter e renovar as tarefas que realizam e as relações com outros pressupostas por suas tarefas...[no entanto] deve-se considerar que a interação que ocorre na divisão do trabalho opera dentro de certos limites amplos e permissivos como aqueles tratados por ecologistas, teóricos organizacionais e outros”. (id, p.95).

Para exemplificarmos esta complexidade do fenômeno do profissionalismo, no caso brasileiro há certamente um ingrediente que a literatura estrangeira não considera: a questão da deficiência dos cursos e do aumento exagerado do número de faculdades. É certo que este fenômeno tem relações diretas com a constituição do grupo profissional e certamente cria hierarquias dentro do grupo, já que alguns diplomas são mais do que desvalorizados, frutos de um processo de mercantilização do ensino – o que gera desconfiança por parte do empregador e, em termos gerais, da clientela:

Eu acho que é bom dentro dessa especialização. O ruim disso é só uma coisa: é que o mercado de ensino também evoluiu muito e virou um comércio. Hoje existe o comércio do ensino, e com isso muito pilantra entra nessa área. Tem muitos curso vagabundo, muita escola vagabunda e o aluno nem sempre sabe disso. Mas mesmo assim, dentro de um curso ruim, se o aluno for bom ele acaba se saindo bem. Antes a integração com os professores era muito maior, hoje não tem tanto isso, e talvez seja algo negativo na formação dos profissionais. (Entrevistado nº4)

De repente, alguém pensando em mercado de venda de diploma – que é o que tem muito no Brasil – levando em consideração que noventa por cento dos diplomas no Brasil são objeto de negócio e mais nada. Você pode olhar nas escolas. O ensino é uma justificativa, porque o objetivo é vender diploma. É assim que acontece nos cursos que surgem aí em todas as esquinas. Isso desqualifica as profissões que existem. O sujeito legalmente tem as mesmas atribuições do que outro que teve uma formação sólida e concorre no mercado em condições de

variável independente na explicação das ações dos indivíduos. Nesse sentido, o comportamento dos indivíduos é tido como uma resposta que busca maximizar os ganhos no contexto institucional em que eles estão inseridos. Importante ressaltar que também é possível identificar um tipo de institucionalismo mais flexível, chamado de institucionalismo histórico. De acordo com Perissinoto (2004) a diferença entre estas duas vertentes institucionalistas reside, principalmente, no fato de que, para a primeira, os indivíduos agem racionalmente no contexto institucional ao utilizar as regras do jogo no sentido de maximizar seus ganhos. Já para a segunda perspectiva a racionalidade é aceita de forma parcial, se fazendo necessário buscar outras características dos fenômenos sociais. Para o institucionalismo histórico, as ações dos indivíduos são vistas mais como uma adequação às normas institucionais do que como uma maximização de interesses. Devido ao fato do institucionalismo de escolha racional ser bem mais visível na produção científica brasileira, a maioria das críticas publicadas em periódicos da área de ciências sociais se refere a esta vertente.

igualdade do ponto de vista legal, e quem tá contratando não sabe dessas diferenças discrepantes de formação, pra ele tudo é igual. Pra quem é leigo, tudo é igual, e o profissional que oferece o serviço mais barato é contratado. Além do mais, as instituições do tipo CREA, que deveria fiscalizar abusos cometidos por profissionais, têm perdido cada vez mais estrutura, que não evolui. Então não há fiscalização profissional em quase todas as áreas. Na minha área mesmo a fiscalização é muito deficitária. A qualidade do profissional não é avaliada. Então cada vez mais vai se tornando uma promiscuidade de profissões. (Entrevistado nº2)

Como o conhecimento em si não dá um poder especial, mas somente o conhecimento exclusivo dá poder a seus detentores (Freidson), a preocupação com a formação e com o credenciamento de novas ocupações similares junto Crea é presente em alguns de nossos entrevistados. Em sentido oposto, outros entrevistados acreditam que a especialização e o surgimento de novas ocupações sejam algo natural. Opiniões distintas sobre o mesmo fenômeno são algo que o cientista social enxerga como um prato cheio. Assim, a fim de entendermos melhor estas distintas opiniões, temos que primeiramente levar em consideração que o perfil de nossos entrevistados inclui a participação em diretorias da associação dos engenheiros agrônomos de Goiás. Isso significa que as discussões sobre a “pulverização” do ensino agrônômico e sobre o surgimento de novas ocupações e a constante crítica por parte da organização nacional, a FAEAB (Federação Nacional dos Engenheiros Agrônomos), não encontra eco em todas as diretorias de associações profissionais em nível estadual. Toda a crítica que foi vista por parte das lideranças da FAEAB no capítulo anterior se dá por conta do ensino de agronomia que se espalhava por todo o país sem o devido controle, mas a questão da especialização e do surgimento de novas ocupações era timidamente comentado. Os nossos entrevistados que têm opinião negativa em relação a este processo seguem em linhas gerais o comentário do entrevistado nº 2:

Olha, em termos de demanda de mercado para o serviço de agronomia, de emprego, isso diminuiu muito de lá pra cá, principalmente nos órgãos públicos, isso porque tinha muito serviço nos órgãos públicos. Hoje isso nem mais existe, eles estão até deixando esvaziar isso tudo. Agora no ponto de visto do trabalho, na profissão, melhorou muito, mas melhorou pra poucos. Você sabe que em toda profissão, existem poucos, uns cinco por cento, querem realmente ter sucesso na profissão. Uma ampla maioria só quer o diploma e arrumar um emprego, e acaba morrendo no emprego. Alguns até querem algo maior, mas não têm um objetivo maior, e acabam estagnando. O profissional que se dedica tem mercado garantido.

Eu acho isso de certa forma um retrocesso. Seria muito melhor se ficasse como ficou a advocacia, por exemplo. Todos são advogados e todos são médicos, mas todos têm especialidades. Eu acho isso muito mais fácil até do ponto de vista do controle do Estado sobre as profissões, porque tem muita safadeza nas profissões. E é o Estado que controlaria isso por lei. Ele não dá conta se ficar assim, pulverizado, como em muitas profissões está ficando. Na minha, por exemplo, nós tínhamos duas profissões que lidavam com temas de agricultura e pecuária, que eram agronomia e veterinária. Aí depois surgiu a zootecnia, depois a engenharia florestal. A zootecnia, por exemplo, está entre a agronomia e a veterinária, ou seja, existem duas profissões que têm mais condições de fazer um melhor serviço do que ela. Agronomia e veterinária têm as atribuições de zootecnista, enquanto o zootecnista só tem as atribuições dele. Isso não é uma coisa boa pro zootecnista, por exemplo, e nem pro mercado de trabalho. Por o nosso mercado é diversificado, mas não estamos em condições do sujeito demandar um zootecnista pra determinada função e um agrônomo pra outra, por exemplo, naquela região ou naquela fazenda. Da mesma forma engenharia florestal e engenharia agrícola. Antigamente todo serviço de engenharia florestal era feito pelo engenheiro agrônomo, tanto que as escolas de engenharia de florestal começaram com professores de agronomia (Entrevistado nº2).

Já as opiniões que tratam a questão da especialização e do surgimento de novas ocupações como algo natural, tendem a comparar com o contínuo processo de especialização na agronomia e demais ciências agrárias com profissões do tipo medicina e mesmo com narrativas que tratam da especialização como algo típico da vida humana, como se vê abaixo:

Eu acho que todo setor da vida humana, mais cedo ou mais tarde, traz a especialização. Então na minha época eu agrônomo e era responsável por tudo. Hoje tem agrônomo voltado só pra silvicultura, pra soja, pra fertilizantes, enfim o desenvolvimento cria a necessidade disso e eu tenho plena certeza que isso não traz prejuízo pra categoria nenhuma. Leva você a se virar mais, a se interessar mais, a estudar mais, a lutar mais. Porque se eu ficar como

agrônomo no geral é muito difícil, a agronomia é muito vasta. Você tem que ser especialista só em leguminosas, ou só em milho, enfim. Essa criação de cursos, no meu pensamento, é vantajosa. (Entrevistado nº6)

Foi especializando, né? Isso é igual na medicina, onde a pessoa se forma e pois vai se especializando. E com essa brincadeira na agronomia saiu a Engenharia Agrícola, a Engenharia Florestal, a Zootecnia. Então o agrônomo tem a visão geral de tudo, extensionista, parteiro, alimentação, aplicação de vacina, fabricação de queijos...Ah, tem a Engenharia de Alimentos. E eu acho isso interessante, porque vamos supor: o cara que gosta de alimentos, pra ele não interessa estudar um monte de disciplina que não tem nada a ver com isso, e então ele já vai pra engenharia de alimentos. O cara vai se especializar bem mais do que o agrônomo, que só vê aquilo superficialmente. Não tem como comparar o cara que fez quatro ou cinco anos de engenharia de alimentos, com outro que fez um semestre. Então eu acho que isso foi bom. O cara se especializa mais, há uma evolução maior naquela área. (Entrevistado nº3)

No que se refere às motivações para a entrada no associativismo profissional, o que se nota é um tipo de ligação que muito tem a ver com as trajetórias de um grupo ocupacional ainda em processo de profissionalização – sem querer me colocar em termos de mensuração de um grau de profissionalização, como queriam alguns estudiosos da temática. A fundação da FAEAB e das associações profissionais em nível estadual, bem como a regulamentação da profissão de engenheiro agrônomo datam da década de 1960, e por isso, esta década se revela como a mais frutífera para o estudo da construção do profissionalismo na agronomia. A entrada dos sujeitos pesquisados na associação profissional de Goiás, por exemplo, segue por vezes motivações que tinham por fim uma maior regulação e a conquista de um maior status da profissão. No caso a seguir, o entrevistado nº 5 nos relata sua trajetória estudantil e como o associativismo ligado à profissão esteve intimamente ligado à sua formação desde os tempos da universidade:

Já no segundo ano me candidatei a vice-presidente e fui eleito. No terceiro ano eu fui eleito presidente do diretório acadêmico, e essa época foi de grande atividade do diretório. Era uma liberdade total. Você não tinha freios nenhum do ponto de vista policial e a gente depois nós achamos, como membros da união metropolitana de estudantes, que o agrônomo não tinha voz dentro da união metropolitana de estudantes. E eu achei aquilo estranho, e tratei de fomentar a fundação do diretório central dos estudantes de agronomia do Brasil. E com a ajuda do escritório técnico de agricultura, nós fizemos um congresso em Areias, na Paraíba, onde foi criado o diretório central dos estudantes de agronomia e eu fui eleito o primeiro presidente desse diretório. Hoje é a federação dos estudantes de agronomia do Brasil. Isso me deu uma projeção no sistema estudantil na época, até que eu fui eleito presidente do congresso nacional de UNE, em Friburgo. Isso foi um avanço muito grande para os estudantes de agronomia

Naquela época não queríamos a imediata criação de escolas. Nós tínhamos como fundamental a valorização do profissional de agronomia, daqueles que já estavam trabalhando, quase no anonimato. Não tinha reconhecimento e o mercado de trabalho era muito resumindo. Nós pretendíamos ampliar o mercado de trabalho, começar a exigir que o profissional ocupasse o lugar de acordo com a legislação existente, já que era tudo improvisado, em todos os órgãos públicos. Era tudo comandado por leigos, então a nossa maior bandeira era colocar o engenheiro agrônomo no seu devido lugar. E se você notar na Crea, uns dos primeiros dirigentes de lá foi um engenheiro agrônomo. Depois disso teve agrônomo sendo secretário de agricultura, coisa que a gente nem cogitava antes. E depois disso houve um retrocesso, porque a política começou a dominar a área da agronomia, da agricultura, então os cargos principais passaram a ser ocupados por políticos. (Entrevistado nº5)

A defesa profissional ficava clara em alguns depoimentos, assim, a carreira de diretor ou presidente da associação profissional também se mesclava com a de conselheiro do Crea – órgão responsável pelo controle profissional. Como eleições para conselheiro do Crea tinham representatividade por profissão, o cargo de conselheiro muitas vezes nascia dentro da associação profissional, embora as motivações pudessem ser diferentes para o ingresso nessas duas instituições.

Isso porque a função do CREA é atender à sociedade primeiro, e depois as profissões. Nesse sentido que eu vejo o papel de um conselheiro do CREA, porque ele é eleito dentro da associação profissional pra ser representante da associação dentro do CREA. É importante que o profissional dentro da associação faça alguma coisa pela profissão e pela sociedade acima de tudo. A associação é da classe, mas o CREA não, o CREA tem por função

proteger a sociedade, mas pra proteger a sociedade o CREA precisa controlar o exercício das profissões. (Entrevistado nº2)

Em um único caso, a defesa profissional se mesclou com elementos políticos partidários no que se refere às motivações para entrada na profissão:

No caso da AEAGO foi mais uma reação contra uma situação quase nacional. A esquerda radical tava avançando muito. Os profissionais de um modo geral não participavam dos debates, e estava virando um grande auê por parte do pessoal de esquerda dentro da associação. Era de um modo geral gente que só tumultuava. E chegou uma época em que eu chamei meus colegas e disse que o pessoal tava muito afastado e do jeito que tá daqui um pouco a gente não vai poder nem falar mais. A gente precisava reagir. Então começou um processo de discussão, e acabamos participando de eleições e participando de algumas diretorias. E então a gente conseguiu pelo menos equilibrar um pouco a situação. Nós começamos a fazer alguns cursos de defensivos agrícolas com parcerias das empresas e fomos bastante criticados pelo pessoal de ala mais radical de esquerda, principalmente o pessoal do sul. Eles diziam que nós estávamos nos vendendo para as multinacionais, e não era nada disso. Nós estávamos aproveitando os recursos das multinacionais pra bancar os nossos cursos, mas os professores eram todos universitários e técnicos que não tinham nada a ver com as empresas. Conseguimos com isso alertar as pessoas sobre os defensivos agrícolas [...] Durante essa participação na AEAGO eu tive a oportunidade de acompanhar o presidente do CREA numa visita até Jataí, e isso ocasionou um grande choque pra mim. Ocorreu que numa reunião de profissionais lá em Jataí, um colega levantou-se durante a plenária e disse: “eu nunca sonhei em conhecer um presidente do CREA”. Eu achei aquilo esquisito porque um colega nosso, como outro qualquer, como ele pode achar que nunca poderia conhecer um presidente do conselho. Daquele dia em diante eu pensei: “eu tenho que entrar nesse negócio”. Então logo em seguida teve uma eleição, eu participei, ganhei e fui ser conselheiro do CREA. Lá nós fizemos um trabalho grande de interiorização. Fui muito criticado na época pelo pessoal da engenharia civil, achando que a gente tava viajando muito. Mas a gente vivia fazendo reunião no interior, falando sobre CREA, sobre a importância de participar e tal. Até um dia lá em Gurupi vieram alguns engenheiros civis reclamando e eu disse: “olha, nós não temos nada a ver com isso. Nós somos da câmara de agronomia. Cobrem vocês a câmara de engenharia civil uma maior participação dela. Cobrem a vinda deles”. E acabou que eles tiveram que ir pro interior também. Nós acabamos forçando a barra. E com aquilo o CREA começou a criar algumas inspetorias no interior. Quando eu estive na AEAGO, nós fizemos um grande trabalho de reciclagem. Salvo engano foram trinta e oito eventos técnicos no estado inteiro. A gente arrumava patrocínio. E construí a sede ao longo do tempo (Entrevistado nº4).

Os relatos sobre as opiniões e vivências dos sujeitos entrevistados em relação à defesa profissional, associações profissionais e a problemática da especialização e seus impactos sobre o mercado de trabalho, indicam que muito do que se fala em termos da profissões como mercado de trabalho fechado se confirma. Todavia as representações sobre a especialização e o surgimento de novas ocupações similares a de engenheiro agrônomo nem sempre tendem a desqualificá-las com o intuito de defesa do mercado de trabalho do engenheiro agrônomo, já que a agronomia é percebida como uma espécie de “mãe” das demais profissões agrárias, e ao agrônomo muita vezes recai a função de chefia de equipes de trabalho nas quais outros profissionais fazem parte. Assim, convém mais uma vez lembrar Eliot Freidson, quando este explana sobre a divisão do trabalho, que mais do que uma causa institucional, tem sua fonte nas interações que se constroem nos locais de trabalho:

Em si e por si, as atividades concretas de trabalho da divisão do trabalho são de caráter interativo e emergente. Indivíduos e grupos estão engajados num processo contínuo de conspiração, evasão, negociação e conflito enquanto lidam com variadas circunstâncias e situações de seu trabalho, em certo sentido moldando os termos, as condições e o conteúdo de seu trabalho independentemente do modo formal que está sendo usado para justificar, controlar ou conceituar suas atividades. É nessa realidade última que é responsável por confundir os contornos e desequilibrar a simetria dos planos formais e dos conceitos. (1998, p.93-4)

A divisão do trabalho e a construção de um mercado de trabalho para o engenheiro agrônomo requerem o estudo de situações em que as construções formais deste processo se materializaram. Como dissemos no capítulo anterior, o associativismo profissional foi de fundamental importância para o fortalecimento e a construção de um profissionalismo na

agronomia. Entretanto, a partir dos relatos que foram expostos neste capítulo, percebemos que no dia-dia de trabalho, a construção de uma profissão se dá de maneira mais complexa e relacionada com diversas variáveis. A mescla entre as vivências destes sujeitos a história da profissão e dos encontros promovidos pela associação nacional, a FAEAB, nos mostram como um segmento específico da classe trabalhadora, mais qualificado e ligado a uma classe média, vivencia o trabalho de maneira diferente do que grande parte da literatura sobre o trabalho costuma analisar, já que os estratos mais baixos da classe trabalhadora foram tradicionalmente mais estudados. O chamado profissionalismo, esta maneira de perceber o trabalho, é fruto de uma construção constante e que demanda a compreensão tanto de uma perspectiva material, dos constrangimentos que submetem diversos estratos da classe trabalhadora, bem como as ações políticas e o cotidiano do trabalho. No tópico seguinte, veremos como dentro de um grupo profissional se estabelecem hierarquizações e distinções entre grupos, a partir de um recorte macro sobre a situação das mulheres na agronomia.

A DISTINÇÃO POR SEXO

Ao lado da constituição de um grupo profissional, um dos grandes debates em sociologia das profissões é a transição da representação das profissões como grupos homogêneos para grupos com diversos atores, com diversas segmentações e projetos que disputam espaços nos níveis internos do grupo. Assim, a diferenciação interna ocorre paralelamente a uma desigualdade de poder entre indivíduos nos grupos profissionais. A seguir tentaremos discutir uma destas distinções e desigualdades internas aos grupos profissionais, a partir da dimensão de gênero e sua construção histórica na agronomia.

Ao lado das interações que são apreendidas em níveis de análise micro, podem também se verificar as desigualdades que são apreendidas em termos quantitativos, a partir da análise de dados fornecida pela RAIS, que possibilita analisar o quantitativo salarial, os vínculos predominantes, as jornadas de trabalho, além de outras variáveis. Desta maneira, de acordo com a RAIS do ano de 2006, dos 15120 agrônomos registrados nas bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego, 12866 eram homens e 2254 eram mulheres. Em termos de renda média recebida por esses trabalhadores, as desigualdades salariais se estabelecem a partir das faixas salariais mais altas:

TABELA 01
Desigualdade salarial e gênero entre eng. agrônomos, acima de 7 Sal. Mín. - 2006

	Total	Frequência
De 7,01 a 10,00 salários mínimos		
Masculino	3.007	19,89
Feminino	486	3,21
Total	3.493	23,10
De 10,01 a 15,00 salários mínimos		
Masculino	2.823	18,67
Feminino	411	2,72
Total	3.234	21,39
De 15,01 a 20,00 salários mínimos		
Masculino	1.684	11,14
Feminino	253	1,67
Total	1.937	12,81
Mais de 20,00 salários mínimos		
Masculino	2.150	14,22
Feminino	322	2,13
Total	2.472	16,35
Total		
Masculino	12.866	85,09
Feminino	2.254	14,91
Total	15.120	100,00

Fonte: RAIS/MTE 2006

As diferenças ficam evidenciadas quando são evidenciados os dados referentes às faixas salariais mais baixas. Os diferenciais nas frequências se tornam menores à medida em que as faixas salariais ficam menores. O fato de se encontrarem salários menores para as mulheres é algo amplamente avaliado pelos estudos sobre trabalho e gênero.

TABELA 02
Desigualdade salarial e gênero entre eng. agrônomos, até 7 sal. Mín. – 2006

	Total	Frequência
Até 0,5 salário mínimo		
Masculino		0,03
Feminino		0,01
Total		0,04
De 0,51 a 1,00 salário mínimo		
Masculino	54	0,36
Feminino	9	0,06
Total	63	0,42
De 1,01 a 1,50 salários mínimos		
Masculino	58	0,38
Feminino	10	0,07
Total	68	0,45
De 1,51 a 2,00 salários mínimos		
Masculino	110	0,73
Feminino	26	0,17
Total	136	0,90
De 2,01 a 3,00 salários mínimos		
Masculino	322	2,13
Feminino	88	0,58
Total	410	2,71
De 3,01 a 4,00 salários mínimos		
Masculino	428	2,83
Feminino	144	0,95
Total	572	3,78
De 4,01 a 5,00 salários mínimos		
Masculino	544	3,60
Feminino	128	0,85
Total	672	4,44
De 5,01 a 7,00 salários mínimos		
Masculino	1.681	11,12
Feminino	376	2,49
Total	2.057	13,60

Fonte: RAIS/MTE 2006

Para Oliver (2007), a masculinização da agronomia é historicamente observável. Segundo pesquisa da autora em escolas agrícolas por todo o país,

O pequeno ingresso de mulheres nas escolas superiores de agricultura também foi marcante no período posterior a essa data e até 1950. No quadro geral do ensino superior brasileiro, nessa mesma época, outras profissões foram procuradas pelas mulheres – odontologia, farmácia, música e, em um segundo plano bem distante, medicina, direito, pedagogia e economia [...] Nos registros do corpo discente da EAB, da ENA e da ESALQ constam apenas 21 mulheres entre os 2090 registros compilados nas pastas de alunos entre 1930 e 1950. Dessas 21alunas, dez formaram-se na ESALQ, nove na ENA e duas na EAB. A estas podemos somar mais 26 outras mulheres formadas

em outras escolas superiores de agricultura na mesma época (2007, p. 368).

Em texto redigido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará, na ocasião do VII Congresso Brasileiro de Agronomia, no ano de 1971, há um interessante apelo feito no sentido de que se colocasse em meio as proposições a serem discutidas no congresso, a situação da mulher na profissão, e o aproveitamento das profissionais em obras que demandariam a presença de profissionais da agronomia. Afirma a carta que

dirige o se consciente e patriótico apelo, por intermédio de Vossa Excelência Sr. Presidente da República, no sentido de que se promova a mais completa mobilização do pessoal técnico em agronomia, mediante uma política de franquia de oportunidades nos setores públicos e privados, possibilitando ainda o imediato treinamento, atualização de conhecimentos e especialização dos engenheiros agrônomos do norte e nordeste e consequente aproveitamento nas frentes de integração nacional, compreendendo a colonização da Transamazônica, área do PROTERRA, convênios estaduais, federais e municipais. Cabe especial atenção no aproveitamento do elemento feminino na agronomia (ANAIS DO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 1971, p50).

No mesmo documento indicava-se que, naquele momento, das 37 agrônomas formadas entre 1969 e 1971, 25 estavam desempregadas.

Ainda de acordo com Oliver, os motivos encontrados para o ingresso das mulheres nos primórdios do ensino de agronomia no Brasil se ligam a antecedentes familiares e se dá num ambiente em que a representação da mulher não se liga à ciência e à modernização do campo. Outro fato que merece destaque é a representação destas mulheres como não ligadas ao feminino. Para a autora,

elas também foram retratadas como mulheres sem vaidades, fazendo notar a simplicidade de uma ou a falta de torvelinhos de outra, ou, ainda, pelo fato de não terem cedido ao cortejo dos colegas de turma, deixando suas potencialidades naturais para depois [...] para serem reconhecidas profissionalmente, as qualidades tidas "comumente" como femininas foram afastadas tanto no espaço físico como no espaço simbólico da escrita (2007, p. 384).

Este afastamento do feminino vai ao encontro do estudo realizado por Jorgensen (2002), para quem as mulheres ao ingressarem nas carreiras ligadas à engenharia posicionam seu *self* a partir de um homem conceitual, uma espécie de destino a ser perseguido – lembrando o esquema formulado por Hughes anteriormente citado. Para Jorgensen, a maternidade é um momento chave neste processo de trabalho emotivo, em que ao se apresentarem como mães, as mulheres se separam deste ambiente que elas mesmas tentam negar como dividido em termos de gênero. Sobre esta questão da maternidade, uma das entrevistadas de um estudo feito por Ranson (2005) afirma que só é possível conciliar a carreira de engenheira e de mãe se quiser trabalhar em tempo parcial.

TABELA 03
Gênero e jornada de trabalho semanal entre engenheiros agrônomos - 2006

Gênero	Até 12 HS	13 A 15 H S	16 A 20 H S	21 A 30 H S	31 A 40 H S	41 A 44 H S	45 A 48 H S	Mais de 48	Total
Masculino	73	19	160	982	7,075	6,301	0	0	14,610
Feminino	20	6	36	244	1,573	963	0	0	2,842
Total	93	25	196	1,226	8,648	7,264	0	0	17,452

Fonte: RAIS/MTE 2006

De acordo com a Tabela 3, as diferenças entre as frequências também se acentuam à medida em que aumenta a carga horária de trabalho semanal. Estes dados tendem a reforçar o que foi relatado no estudo de Ranson e Jorgensen. A jornada de trabalho é um importante indicador das diferenças de tratamento e de possibilidades de trabalho dentro de uma

determinada ocupação. Assim, num setor típico onde os engenheiros agrônomos atuam, o setor de serviços, e onde a maioria dos postos de trabalho formais se encontra em condições de jornada de trabalho flexível, é interessante notarmos a predominância da mão-de-obra feminina sob contrato temporários no setor de serviços, o que indica que as mulheres tendem a aceitar e se adaptar mais facilmente à condições de jornada de trabalho flexível.

Outro ponto relacionado à flexibilidade da jornada de trabalho que se mostra mais próxima à realidade das engenheiras agrônomas é o do tipo de vínculo, e em especial, os vínculos de trabalho temporário. Do mesmo modo como foi afirmado, nota-se discrepâncias quando analisamos a relação das frequências entre homens e mulheres em contratos temporários e em contratos de sem prazo de validade (Tabela 4). Assim, a relação se apresenta assimétrica quando comparamos estes percentuais com os apurados em trabalhos de vínculo empregatício de tempo integral (Tabela 5).

Outros aspectos podem ser discutidos neste trabalho a fim de problematizarmos os processos de heterogeneidade e desigualdades de oportunidades em grupos profissionais. A própria institucionalização da agronomia no Brasil se constitui num processo fértil em termos de análise das relações entre ciência, mundo rural e do lugar na mulher na profissão. A produção sociológica acerca das relações de gênero no mundo das profissões tem dado especial ênfase às desigualdades de tratamento, de possibilidade de ascensão profissional em ambientes corporativos, de uma divisão de trabalho que é produzida em situações de interação que têm como um dos seus elementos a questão de gênero, além das desigualdades de ordem salarial. Além disso, pode-se destacar os diversos elementos que são utilizados para se identificar variáveis de gênero relacionadas à construção de estratégias por parte dos indivíduos que se encontram em posição desvantajosa em uma determinada ocupação em ambientes de empresa. Assim, uma série estudos vem sendo realizada a fim de buscar os recursos discursivos produzidos pelos agentes a fim de contornar ou de tentar estabelecer mudanças nas relações de trabalho que são mediatizadas pela questão do gênero. O fato de se constituir numa profissão amplamente masculinizada faz da engenharia agrônômica uma carreira especialmente interessante de análise das questões de gênero. Desta forma, alguns estudos destacam as estratégias identitárias e todo o trabalho emocional executado por mulheres nas mais diversas carreiras ligadas à engenharia (JAGACINSKI, 1987; JORGENSON, 2002; BAGIHOLE, 2005).

O que desejamos é ressaltar a construção histórica de uma profissão masculinizada e de que maneira as hierarquizações de gênero, dentre outras, se manifestam no grupo ocupacional em questão e se buscará entender de que maneira se apresentam as maneiras de “burlar” este ambiente – algo que se encontra pincelado nas estratégias de trabalho emocional e reposicionamento do *self* tal como Jorgenson entre outras autoras apresentam. Outro estudo interessante é o Daune-Richard (2003), que trata da maneira com a estratificação que se percebe no mundo do trabalho, que se apresenta de várias maneiras passa, sem sombra de dúvidas, pelo filtro das relações de gênero. Tal como tem sido amplamente discutido na sociologia do trabalho contemporânea, a desigualdade entre homens e mulheres que se percebe nas ocupações e profissões bem como na estrutura das empresas se dá num espaço onde as representações sociais, o ideário e a cultura do trabalho corroboram a quase separação das expectativas e do desempenho alcançado por homens e mulheres no trabalho. Obviamente não se está aqui querendo reificar os conceitos de cultura, ou mesmo de ideário e representações sociais. Em termos gerais, todo esse processo de construção simbólica, de construção da sociedade, é realizado pelos indivíduos que são, por sua vez, “influenciados” pela própria cultura, tal como nos lembra Norbert Elias. Nesse sentido, o mundo do trabalho também se enquadra nesse processo de construção de percepções, de visões de mundo, ou - para usar propriamente a teoria à qual se filia Daune-Richard – de representações sociais.

A autora destaca que três pontos centrais nesta discussão. São eles: o fato de que os trabalhos de chefia e de ordem técnica são de caráter masculino e que o trabalho no setor de

serviços abriga grande parte dos empregos femininos. Nesse sentido, a técnica aparece como um componente da masculinidade, como uma disputa nas relações de gênero. Na modernidade a técnica é percebida como aquilo que age sobre a natureza, como aquilo que domina e supera a natureza. O homem é visto nesse processo como o detentor dessa capacidade de portar a técnica, de dominar a natureza, enquanto a mulher é tida como submissa à natureza. “Se o masculino é associado à modernidade da razão, do trabalho, da liberdade e do cidadão, o feminino é ligado à antiga ordem social da família, da dependência e da naturalidade” (2003, p.70). O trabalho técnico é, assim, valorizado e amplamente dominado pelo elemento masculino. Já nos serviços, com exceção dos cargos de autoridade, há uma marcação de que este é o lugar, por excelência, da mulher. Mesmo se há um componente técnico no trabalho, este é desqualificado pelo fato de ser feminino. Um exemplo interessantíssimo é o da profissão de enfermeira – amplamente dominado pelo desenvolvimento tecnológico mas que é percebido como um trabalho de cuidado, de vigilância e de um esforço intelectual pequeno⁴. O emprego industrial de certa forma se opõe ao emprego no setor de serviços, dada a ampla formação que se exige em termos técnicos da primeira, enquanto a última se dá mais por competências comunicativas oriundas do processo de socialização e da experiência profissional.

As representações sociais do trabalho exprimem um valor diferente ao trabalho do homem em relação ao da mulher. “No mundo do trabalho, essa operação passa pela qualificação dos empregos passa pela qualificação dos empregos enquanto ‘estimação do seu valor social’” (id, p.76). O gênero daquele que ocupa o cargo marca a representação de seu ofício, demonstrando que não só os ofícios têm sexo. Mesmo na entrada do século XXI percebe-se essa distinção, essa estratificação nas relações de trabalho – algo que parece que deve permanecer ainda por muitos anos.

⁴ Um estudo interessante sobre a condição do trabalho na enfermagem e das suas transformações nos últimos tempos é o de BIALAKOWSKY, Alberto L. et al . Uma sociologia do trabalho contrastada. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 241-263, 2006.

TABELA 04

Tipo de vínculo empregatício e gênero entre engenheiros agrônomos (trabalho temporário) - 2006

	Total	Frequência
Trabalhador temporário, regido pela Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974		
Masculino	4	0,03
Feminino	3	0,02
Total	7	0,05
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.		
Masculino	110	0,73
Feminino	15	0,10
Total	125	0,83
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por tempo determinado ou obra certa.		
Masculino	1	0,01
Total	1	0,01
Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa jurídica por t...		
Masculino	18	0,12
Feminino	1	0,01
Total	19	0,13
Trabalhador rural regido pela CLT vinculado a pessoa física por tem...		
Masculino	10	0,07
Feminino	1	0,01
Total	11	0,07
Diretor sem vínculo empregatício para o qual a empresa/entidade tenha optado por recolhimento ao FGTS.		
Masculino	39	0,26
Feminino	20	0,13
Total	59	0,39
Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, regido pela Lei nr. 9.601, de 21 de janeiro de 1998.		
Masculino	14	0,09
Feminino	4	0,03
Total	18	0,12
Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, regido pela Lei nr. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com a redação dada pela Lei nr. 9.849, de 26 de outubro de 1999.		
Masculino	3	0,02
Feminino	1	0,01
Total	4	0,03
Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Estadual		
Masculino	3	0,02
Feminino	2	0,01
Total	5	0,03
Contrato de trabalho por tempo determinado, regido por Lei Municipal		
Masculino	10	0,07
Total	10	0,07

TABELA 05
 Tipo de vínculo empregatício e gênero entre engenheiros agrônomos (Contratos sem prazo de validade) - 2006

	Total	Frequência
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.		
Masculino	8.280	54,76
Feminino	1.410	9,33
Total	9.690	64,09
Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado.		
Masculino	155	1,03
Feminino	23	0,15
Total	178	1,18
Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.		
Masculino	261	1,73
Feminino	30	0,20
Total	291	1,92
Trabalhador rural vinculado a empregador pessoa física por contrato de trabalho regido pela Lei nr. 5.889/73, por prazo indeterminado.		
Masculino	585	3,87
Feminino	60	0,40
Total	645	4,27
Servidor regido pelo Regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado a Regime Próprio de Previdência		
Masculino	3.031	20,05
Feminino	591	3,91
Total	3.622	23,96
Servidor regido pelo regime Jurídico Único (federal, estadual e municipal) e militar, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social		
Masculino	108	0,71
Feminino	18	0,12
Total	126	0,83
Servidor público não-efetivo (demissível <i>ad nutum</i> ou admitido por legislação especial, não regido pela CLT).		
Masculino	233	1,54
Feminino	74	0,49
Total	307	2,03
Trabalhador avulso (trabalho administrado pelo sindicato da categoria ou pelo órgão gestor de mão de obra) para o qual é devido depósito de FGTS - CF 88, art. 7, inciso III.		
Masculino	1	0,01
Feminino	1	0,01
Total	2	0,01

Fonte: RAIS/MTE 2006, elaboração do autor.

CONCLUSÃO

Com larga tradição na produção sociológica norte-americana, os estudos sobre as profissões vêm consolidando aos poucos no Brasil, ampliando as possibilidades da

análise sobre o mundo do trabalho. Como foi dito, uma abordagem sociológica sobre as profissões permite ligar corpos de conhecimento, discurso, disciplinas e campos aos meios sociais, econômicos e políticos por meio dos quais seus expoentes humanos podem ganhar poder e exercê-lo (FREIDSON, 1995). Este trabalho objetivou interpretar o processo de profissionalização na agronomia e o modo como o trabalho é vivenciado por engenheiros agrônomos, tentando assim confluir no conceito de profissionalismo – uma importante forma de enxergar o trabalho a partir de um segmento tipicamente da classe média, em que as variáveis de análise tipicamente estudadas junto a trabalhadores *blue collar* não são tão adaptáveis. Buscou-se, assim, através de uma articulação entre entrevistas semi-estruturadas e uma pesquisa histórica sobre a profissão, a construção de um profissionalismo na agronomia.

Hierarquizações no interior do grupo profissional são fenômenos típicos que se relacionam à heterogeneização e, no caso da agronomia, muitas vezes têm relação com a inserção do indivíduo dentro da profissão – já que algumas são simbolicamente valorizadas em detrimento de outras – e também da origem e da própria questão de gênero. Diferenciais de salário são notórios, assim como de jornada de trabalho e tipos de contratação quando se trata, por exemplo, da dimensão de gênero entre profissionais da agronomia. Diversas representações são constatadas entre mulheres que trabalham em profissões masculinizadas, o que muitas vezes traduz as desigualdades de oportunidade e também as estratégias subjetivas utilizadas a fim de superar tais obstáculos.

Importante ressaltar que o profissionalismo enquanto um modo de vivenciar, de encarar o trabalho, é um fenômeno em construção, e que um olhar sociológico se insere como um elemento importante para elucidarmos as diversas manifestações do trabalho nas condutas humanas. A esta visão do trabalho correspondem ações diversas em relação a demais segmentos da classe trabalho, mas que nem sempre se opõem, visto que parcela significativa do que se apresenta a trabalhadores como um todo é determinada por modos de regulação da produção, e, portanto, fora do controle do indivíduo singular. A questão da estratificação social é, como se pode constatar, um elemento-chave para compreendermos diferenças no mundo do trabalho, e, mais do que isso, percebermos como relações de poder, a ação política, o conhecimento, as hierarquizações por gênero, dentro outras demonstradas ao longo do texto, são construídas de maneira diferente em cada situação, em cada estrato social, em cada parcela da classe trabalhadora e, por fim, em cada profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOT, Andrew. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: Chicago University Press, 1988.

ANAIS DO VII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA. Fortaleza, 1971.

BAGIHOLE, Bárbara. The UK engineering professions: women students' perspectives. *International Journal of Diversity in Organizations, Communities and Nations*. v. 5, n.1, 2005.

BRASIL/ MTb –SEFOR. *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília: SEFOR, 1995.

BRINT, Steven. Eliot Freidson's contribution to the sociology of professions. *Work and Occupations*, v.20, n.3, 1993.

CBO. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível on-line em: www.mtecbo.gov.br

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie. Qualificações e representações sociais. In: MARUANI, Margaret, HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003. p. 65-76.

DOWNEY, Gary et. al. The invisible engineer: how engineering ceased to be a problem in science and technology studies. *Knowledge and society*, v.8, 1989.

DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora, 1997.

FREIDSON, Eliot. *Para uma análise comparada das profissões*. A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. Trabalho apresentado no XIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1995.

FREIDSON, Eliot. *Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

JORGENSON, Jane. Engineering selves: negotiating gender and identity in technical work. *Managerial Communication Quarterly*. v. 15, n. 3, 2002, p. 350-380.

LIPSET, S. Algunos requisitos sociales de la democracia: desarrollo económico y legitimidad política. In: ALMOND, G et al. *Diez textos básicos de ciência política*. Barcelona: Ariel, 1992.

OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIROA, Silvia F. de M.. Ceres, as mulheres e o sertão: representações sobre o feminino e a agricultura brasileira na primeira metade do século XX. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 29, 2007.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, 2002.

RANSON, Gillian. No longer “one of the boys”: negotiations with motherhood, as prospect of reality, among women in engineering. *Canadian Review of Sociology & Anthropology*. Montréal: Canadian Sociology and Anthropology Association, v.42, 2005.p. 145-166.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*. Celta: Oeiras, 1999.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. *Sociologia das profissões*. Celta: Oeiras 2002.

SHIROMA, Eneida Oto e CAMPOS, Roselane Fátima. Qualificação e reestruturação produtiva: Um balanço das pesquisas em educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, Dez 1997, vol.18, no.61, p.13-35